



QUALIDADE DE VIDA NO PLANEJAMENTO URBANO: UM CONCEITO INTEGRADOR

Douglas Gallo

Departamento de Construção Civil/Arquitetura e Urbanismo/Ambiente Físico e Humano: técnica,
projeto e memória/Doutor em Urbanismo
Instituto Federal de São Paulo, Campus São Paulo – IFSP, São Paulo, SP, Brasil.
douglas.luciano@ifsp.edu.br

Nathália Arcanjo Teixeira

Departamento de Construção Civil/Bolsista PIBIFSP/Ambiente Físico e Humano: técnica, projeto e
memória/Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo
Instituto Federal de São Paulo, Campus São Paulo – IFSP, São Paulo, SP, Brasil.
n.arcanjo@aluno.ifsp.edu.br

Resumo

Apesar de sua relevância social, não há consenso na literatura especializada sobre o que significa ter qualidade de vida. O objetivo deste estudo é analisar as diferentes conceituações do termo qualidade de vida e suas divergências, e problematizar a aplicação do conceito na área do planejamento urbano. O tema, sobre o qual as primeiras pesquisas foram iniciadas sobretudo por profissionais da área da saúde, passou a representar um termo multifacetado, que, ao passar das décadas, deixou de ser um sinônimo de bem-estar. Através de uma revisão bibliográfica com foco em artigos e livros publicados por estudiosos de diversas áreas, compreendeu-se que aspectos subjetivos e externos ao indivíduo influenciam em sua percepção do estado em que se encontra. Essa análise busca compreender a causa dessas divergências e observar como o conceito se aplica no contexto dos grandes centros urbanos tanto no Brasil quanto em perspectiva internacional.

Palavras-chave: cidade humana; urbanismo e saúde; gestão urbana; políticas públicas; cidades saudáveis.

QUALITY OF LIFE IN URBAN PLANNING: AN INTEGRATIVE CONCEPT

Abstract

Despite its social relevance, there is no consensus in the specialized literature about what it means to have quality of life. The objective of this study is to analyze the different conceptualizations of the term quality of life and their divergences, and to problematize the

application of the concept in the area of urban planning. The topic, on which the first research was initiated mainly by health professionals, came to represent a multifaceted term, which, over the decades, ceased to be a synonym for well-being. Through a bibliographical review focusing on articles and books published by scholars from different areas, it was understood that subjective and external aspects to the individual influence their perception of the state they are in. This analysis seeks to understand the cause of these divergences and observe how the concept applies in the context of large urban centers both in Brazil and from an international perspective.

Keywords: human city; urbanism and health; urban management; public policy; healthy cities.

1 INTRODUÇÃO

A urbanização é um fenômeno global e irreversível, caso permaneça o atual estágio de modernização e capitalização da sociedade. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2007, pela primeira vez na história, a população urbana superou a rural, representando 55% do total (aproximadamente 4,2 bilhões de pessoas), sendo que as projeções apontam para uma duplicação desta população até o ano de 2050 (UN-HABITAT, 2016). Com este processo de urbanização surgem desafios, particularmente nos países em desenvolvimento do sul global, marcados por desigualdades históricas e pela forte segregação socioespacial. As cidades têm que enfrentar o grande desafio do provimento de serviços e infraestruturas adequados, que impactam especialmente a qualidade de vida de suas populações. Segundo Castells (2020), o fenômeno urbano contemporâneo caracteriza-se por uma concentração espacial da população e difusão de um sistema de valores, atitudes e comportamentos reconhecidos como uma cultura urbana.

O planejamento urbano surgiu na Europa como alternativa pública para a solução dos problemas urbanos decorrentes da industrialização e do crescimento demográfico (Carvalho, 2009). Esta crise urbana advém da crescente incapacidade que a organização social capitalista tem de assegurar a produção, distribuição e gestão dos meios de consumo necessários à coletividade (moradia, educação, transporte, saúde, áreas verdes etc.), que por suas características coletivas, não são suficientemente rentáveis para serem produzidos pelo Capital, necessitando da intervenção do Estado (Castells, 1980). Ao assumir as características de uma nova prática socioadministrativa, o planejamento urbano foi conformado como um tipo particular de política pública. De acordo com Boneti (2007), as políticas públicas são

fruto do embate entre entes e atores diversos (Estado, classes sociais e sociedade civil), que em relações complexas, no âmbito do Estado, elaboram e operacionalizam essas intervenções e financiamentos de acordo com o tipo de sociedade almejada.

Uma concepção participativa do planejamento urbano admite uma postura que compreende que os moradores da cidade devem e sabem fazer a cidade. Nesta abordagem considera-se que há forças e mecanismos operantes na cidade e que é preciso identificá-los para então potencializá-los (Carvalho, 2009). Desta forma os processos de planejamento se tornaram mais transparentes e permeáveis às reivindicações de seus habitantes, no Brasil, a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) ampliaram as possibilidades políticas desta modalidade de planejamento urbano.

O objetivo deste artigo é analisar as diferentes concepções do conceito qualidade de vida e suas divergências, bem como problematizar sua aplicabilidade para o planejamento urbano. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) as partes interessadas e atores do planejamento e governança urbanos devem incorporar a saúde, entendida como qualidade de vida e não ausência de doenças e enfermidades, como foco nos processos de tomada de decisão, buscando a construção de políticas de promoção da saúde integral (WHO, 2016).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para discutir a noção de qualidade de vida urbana como abordagem ao planejamento urbano e operacionalização de políticas públicas é necessário definir o entendimento sobre “qualidade”. De forma mais ampla indica um conjunto de propriedades que determina a essência ou natureza de um ser ou coisa, também as características que tornam determinado produto apto ao uso para o qual foi concebido, de acordo com suas especificações e satisfação das mesmas (Logsdon, 2019). Tendo isso em vista, torna-se plausível dizer que qualidade se refere a algo subjetivo, afeito à percepção, mas que também pode ser garantida pela atenção a um conjunto de características objetivas. Para Benavides (2011), qualidade é a propriedade ou conjunto de propriedades inerentes a algo que nos permite julgar seu valor. Ao designar as propriedades determinantes da essência e natureza de algo depende da cultura, expectativas e percepções contextualizadas, locais.

Segundo o dicionário Oxford, a palavra qualidade se refere a “1. Propriedade que determina a essência ou a natureza de um ser ou coisa; 2. Grau negativo ou positivo de

excelência”. Quando aplicado ao termo ‘vida’, qualidade de vida, no senso comum, na área pública ou política, geralmente assume seu segundo significado, assumindo-se que qualidade de vida se refere a algo positivo e almejado tanto por um indivíduo quanto por um grupo de indivíduos (Hanestad, 1990). Contudo, essa visão retira a qualidade de vida de um contexto de definição de um estado em que se encontra a população, e, por isso, geralmente, o papel descritivo do primeiro significado é adotado em pesquisas científicas.

De acordo com Vitte (2009a), ter uma vida com qualidade depende de interesses, desejos e expectativas individuais, porém culturalmente constituídas. Ao qualificar a vida é introduzida uma valorização de horizontes desejáveis para determinado grupo social, havendo diferenças entre níveis de exigência, de aspirações e de satisfação. Apesar de sua importância social, ainda não há um consenso sobre ao que exatamente se refere o termo qualidade de vida (Gallo, 2020).

Tema de muitas pesquisas e aplicado a diversas áreas do conhecimento, possui definições plurais e divergentes mesmo quando analisado pelo mesmo campo disciplinar. Estudado pela sociologia, medicina, filosofia, geografia, entre outros, é justamente a sua multidisciplinaridade, dentre outros fatores, que origina tantas definições (Farquhar, 1995). Além disso, a consideração dada a aspectos subjetivos e baseados em experiência individuais também auxiliou para a ampliação de conceitos. Tendo isso em vista, a pesquisadora Morag Farquhar (1995) formulou uma taxinomia de definições tanto para demonstrar a falta de consenso quanto para organizar as definições da literatura especializada e visualizar as semelhanças presentes entre elas. A partir desse estudo, a autora categorizou quatro grupos de concepções:

- **Definição global:** é a mais comum, onde é feita uma generalização que diz pouco sobre os componentes da qualidade de vida incorporando ideias como felicidade/infelicidade, satisfação/insatisfação etc. Definições que afirmam que é justamente o prazer e a satisfação que caracterizam a existência humana se encaixam nesta categoria.
- **Definição de componentes:** em que a qualidade de vida é dividida em tópicos abrangendo aspectos objetivos e subjetivos. Essa subdivisão do tema pode variar de acordo com o foco de estudo, o que pode indicar resultados enganosos. A definição indicada pelo Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (OMS) se enquadra nessa categoria, pois define que "*a percepção do indivíduo de sua posição*

na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações" (Fleck *et al*, 2000, p. 179) é o que caracteriza a qualidade de vida. Foi a partir disso, que o grupo estruturou um instrumento de avaliação da qualidade de vida com seis domínios, sendo eles: domínio físico, domínio psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e religião/crenças pessoais.

- **Definição focalizada:** pode ter foco em um ou mais componentes relativos à qualidade de vida, sendo os mais comuns saúde e habilidade funcional (Ciconelli *et al*, 1999). Nem sempre esse destaque a determinados aspectos está explícito na abordagem, muitas vezes mostrando, do ponto de vista microeconômico, como a qualidade de vida é dependente das características físicas e sociais em que o indivíduo está inserido.
- **Definição combinada:** reúne as outras definições da literatura especializada que não podem ser enquadradas nas outras categorias, por exemplo, ao analisar as outras definições propostas define-se a qualidade de vida como um termo abstrato e complexo que representa respostas individuais.

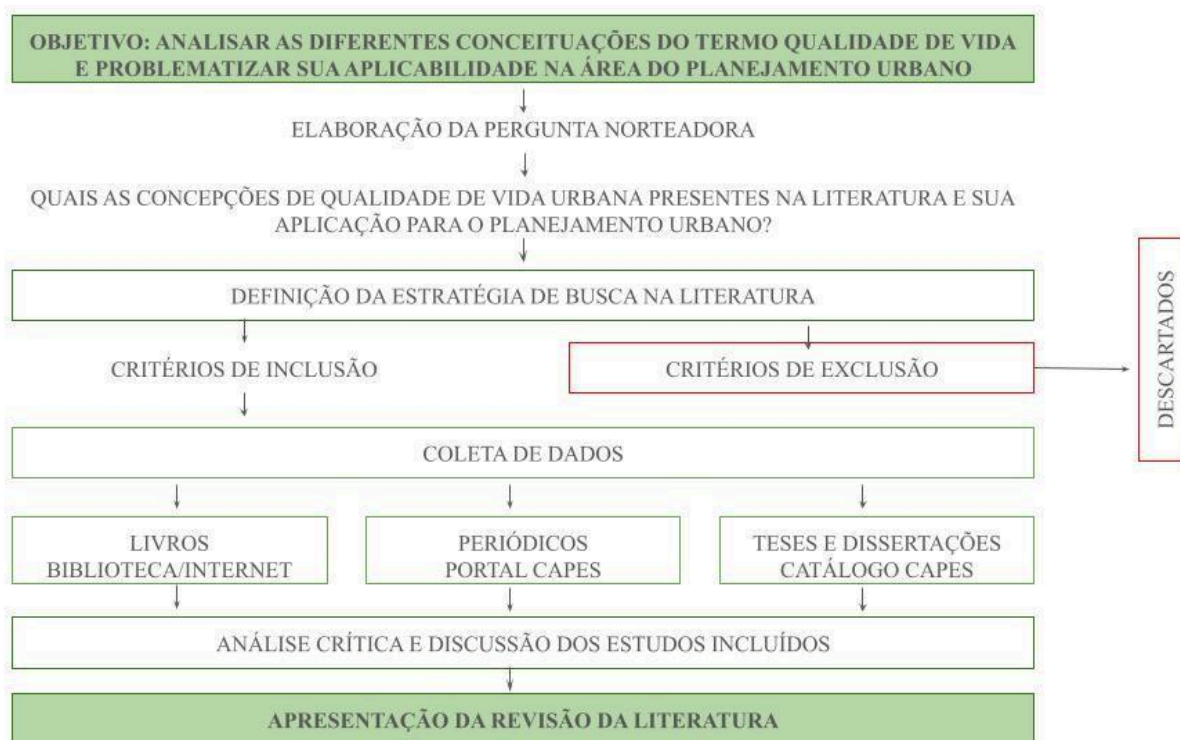
Portanto, a partir da taxonomia apresentada por Farquhar (1995), percebe-se que além da multidisciplinaridade atribuída ao termo, também há outras variantes que influenciam no ponto de vista apresentado por um autor, tal qual o foco do estudo, o grau de importância conferido a um fator específico e a ambientação cultural (idade, gênero, nacionalidade etc.). Logo, é inegável a relevância que experiências pessoais possuem na avaliação da qualidade de vida de um indivíduo ou grupo de indivíduos, ainda que a definição exata do termo possa variar de acordo com condicionantes externas. Ademais, a apropriação do termo em escala multidisciplinar é positiva para a elaboração de uma definição única que leve em consideração diversas perspectivas.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, alguns procedimentos metodológicos foram tomados a fim de cumprir o objetivo proposto. A metodologia corresponde a uma revisão bibliográfica sobre o termo qualidade de vida urbana e sua aplicabilidade no planejamento urbano. A Figura 1 apresenta um fluxograma do percurso metodológico realizado. Inicialmente foi elaborada a pergunta norteadora, a partir da qual foi definido o objetivo de

pesquisa. Em seguida foi realizada uma busca ampla e diversificada na literatura, condizente com a proposta de revisão integrativa da literatura (Souza, Silva e Carvalho, 2010), definindo critérios de inclusão e exclusão. Para coleta de dados foram considerados livros, estudos monográficos (teses e dissertações) e artigos científicos publicados em periódicos. A coleta foi realizada no Portal de Periódicos e no Catálogo de Teses e Dissertações, ambos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do Ministério da Educação. A fase seguinte foi a análise crítica dos estudos incluídos na revisão e a discussão dos resultados apresentados neste artigo.

Figura 1 - Infográfico do percurso metodológico.



Fonte: Elaborado pelos autores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A preocupação com a qualidade sempre fez parte das sociedades, mas é a partir da Revolução Industrial que ganha maior importância, tornando-se relevante, num contexto de complexidade tecnológica, o controle de qualidade (Fernandes, 2011). É no contexto de transformações subjetivas, espaciais e sociais decorrentes da modernidade que o debate sobre

a qualidade de vida toma importância. De acordo com Vitte (2009a), a concepção de qualidade de vida está atrelada à dinâmica socioespacial provocada pela modernização no território brasileiro, onde a racionalidade capitalista se coloca contra a Natureza, fundamentada pelo princípio da escassez, leva a um desencaixe ou ruptura da população com seus laços subjetivos, íntimos e simbólicos com os lugares.

4.1 Qualidade de vida como conceito humanizador

O conceito de qualidade de vida é tão antigo quanto a própria humanidade, sendo uma busca inerente à espécie, ainda que não definida como um conceito. Se por tempos esteve associada à vontade dos deuses e mitologias, a noção de uma vida boa e com qualidade passou a fazer parte do imaginário e dos anseios do homem urbano, cada vez mais associada à condição urbana e à vida na cidade e suas benesses (Buarque, 1993).

A utilização do termo entrou em voga a partir de meados do século XX, com estudos sobre desenvolvimento baseados no conceito de nível de vida, muito associado ao nível de consumo das diferentes sociedades. De acordo com Fleck *et al* (1999), a expressão foi utilizada pela primeira vez nos Estados Unidos em um discurso do presidente Lyndon Johnson na Universidade de Michigan, em 1964. Nos anos 1960 este uso foi ampliado, incorporando o conceito de bem-estar, traduzindo as condições de dada sociedade sob o ponto de vista econômico e social. Na década de 1970 os estudos sobre problemas sociais se expandiram e com isso a noção de bem estar social é agregada às necessidades básicas da população. Nos anos 1980 vários trabalhos incorporam o aspecto ambiental como elemento central da discussão atrelados ao debate sobre sustentabilidade e ecodesenvolvimento (Vitte *et al*, 2002). Nos anos 1990 o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) propôs o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) com objetivo de medir a qualidade de vida dos países mediante três indicadores: expectativa de vida, taxa de analfabetismo e nível de renda. O IDH foi desenvolvido por Mahbub ul Haq em colaboração com o economista Amartya Sen, para quem a vida das pessoas deve ser considerada como fim último e a produção e prosperidade como meios para atingi-la.

Utilizado desde anúncios publicitários a discursos político-ideológicos, perpassando pelas ciências sociais, econômicas e da saúde, até o universo das redes sociais, o termo tornou-se poderoso. Essa multiplicidade de abordagens e certa vulgarização de uso levou a uma falta de consenso quanto ao seu uso, o que é ainda mais dificultado por sua característica

relacionada às questões individuais e subjetivas (Gallo, 2020; Gallo e Bessa, 2016). O que significa ter uma vida com qualidade depende de interesses, objetivos e expectativas individuais, bem como de condições culturais e construções coletivas. Ao qualificar a vida introduz uma valorização de horizontes desejáveis para grupos sociais, havendo diferenciação nos níveis de exigência e de aspirações. Assim, é conceito que lida com interpretações subjetivas, devendo ser consideradas as percepções individuais e coletivas (Vitte, 2009a). A Figura 2 apresenta características da qualidade de vida enquanto um conceito capaz de integrar múltiplas disciplinas.

Figura 2 - Características da Qualidade de Vida enquanto conceito integrador.



Fonte: Elaborado por Gallo (2020), com base em Benavides (2011).

4.2 Qualidade de vida urbana

Os primeiros estudos sobre qualidade de vida, inicialmente conduzidos pelas ciências biológicas, foram pautados na busca pela promoção da saúde e do bem-estar. Essa perspectiva os viu como sinônimos de saúde e bem-estar, centrando-se na extensão da expectativa de vida e na mitigação das doenças que assolavam os centros urbanos. Ao longo do tempo, esses estudos lograram avanços consideráveis, especialmente no domínio da saúde pública, que, conforme a abordagem adotada inicialmente, prometia uma melhoria substancial na qualidade de vida das populações. No entanto, à medida que o tecido social das cidades se tornou cada

vez mais complexo, estudos mais recentes passaram a considerar essa complexa trama social (Gallo e Bessa, 2018).

Vitte (2009b) contribui para essa discussão ao enfatizar que a qualidade de vida não pode ser reduzida apenas à garantia de condições básicas proporcionadas por políticas públicas. O autor destaca a importância da sociabilidade como um parâmetro crucial para avaliar a qualidade de vida em contextos urbanos. Nesse sentido, torna-se evidente que questões como crescente insegurança e segregação socioespacial, especialmente nas grandes cidades brasileiras, desempenham um papel significativo na determinação da qualidade de vida urbana contemporânea (Gallo, 2017).

A compreensão do conceito de qualidade de vida no contexto urbano pós-Revolução Industrial como algo positivo e desejável pela população não pode ignorar a íntima relação sócio-cultural que se estabelece em determinadas áreas urbanas. Essas relações são influenciadas por uma série de fatores, incluindo aspectos econômicos, civis e ambientais. No debate sobre qualidade de vida no Brasil, observam-se três abordagens principais: a) aspectos objetivos da vida urbana, como infraestrutura e qualidade ambiental; b) características subjetivas relacionadas à percepção, satisfação e felicidade dos indivíduos; e c) análise das políticas públicas e seu impacto na vida das populações (Gallo, 2020; Santos e Gallo, 2018b).

Essa abordagem multifacetada revela que, mesmo dentro de um mesmo bairro, cidade, país ou contexto cultural, ainda é possível observar divergências significativas na satisfação com a qualidade de vida. Isso porque a qualidade de vida é influenciada por uma interseção complexa de fatores objetivos e subjetivos, que vão além das condições materiais e tangíveis.

As relações entre o conceito de qualidade de vida e o planejamento urbano podem ser entendidas sob diversas aproximações. Em primeiro lugar, há a caracterização do espaço urbano em termos físicos, que inclui aspectos como infraestrutura e qualidade ambiental. Em segundo lugar, é fundamental considerar a dimensão sociológica do ambiente urbano, que abrange aspectos sociais, econômicos e culturais que moldam as trajetórias de vida dos habitantes urbanos. Por fim, há uma síntese entre esses aspectos físicos e culturais, em que o espaço urbano se torna um campo rico em símbolos e significados (Nuvolati, 2010).

No século XX, à medida que a expressão "qualidade de vida" ganhava destaque na mídia e no discurso popular, passou a ser associada ao consumismo e à modernidade. A ideia de que uma vida mais automatizada e voltada para o consumo estaria intrinsecamente ligada a uma maior satisfação individual se tornou predominante. No entanto, em uma sociedade de

consumo pós-industrial, essa "utopia" não é uma realidade acessível para todos. A evolução tecnológica, longe de resolver os problemas fundamentais relacionados à fome, segurança e saúde, muitas vezes os exacerbou, contribuindo para a ampliação das desigualdades sociais (Buarque, 1993).

De acordo com Benavides (2011), para avaliar e interpretar a qualidade de vida como subsídio ao planejamento local e à gestão urbana, algumas características e particularidades devem ser consideradas (Figura 3):

Figura 3 - Análise da qualidade de vida como elemento subsidiário ao planejamento local e gestão urbana.



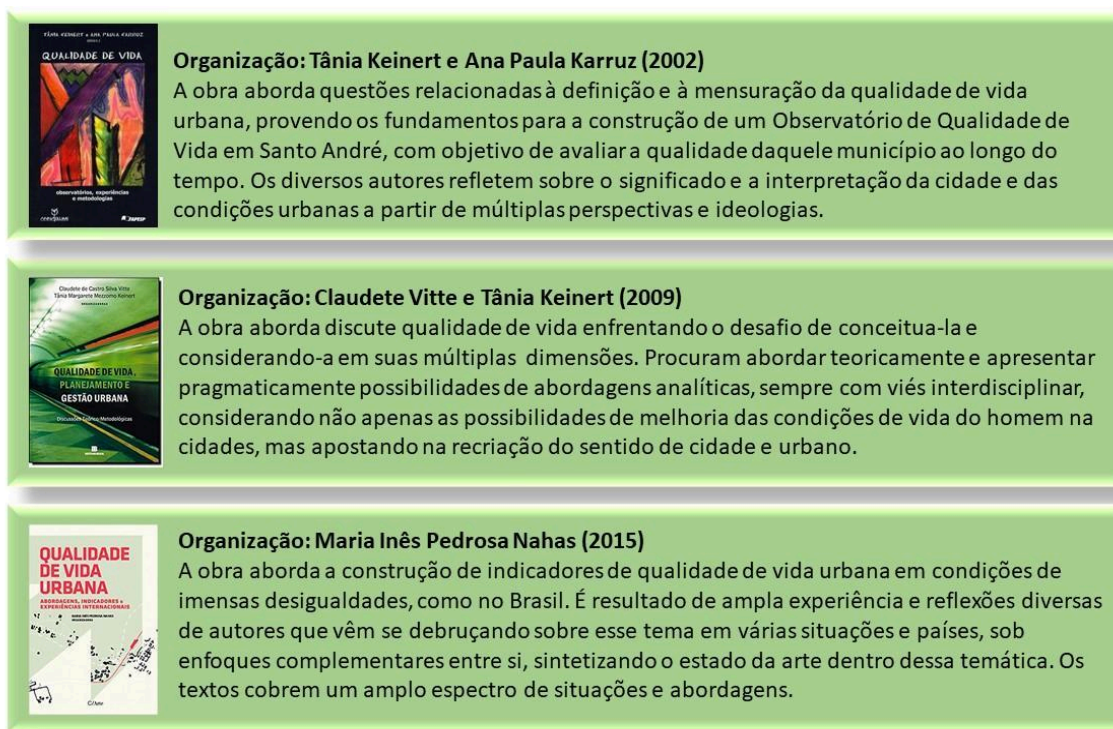
Fonte: Elaborado por Gallo (2020), com base em Benavides (2011).

Nesse contexto, emerge a questão crucial da acessibilidade à qualidade de vida. Se, por um lado, existe a possibilidade de acesso a serviços particulares que promovam uma melhor qualidade de vida, como hospitais, transporte, segurança, educação e lazer, por outro, isso não elimina a necessidade de investimentos em serviços públicos acessíveis a todos. A normalização da precariedade para aqueles com renda baixa, que não têm poder aquisitivo para adquirir esses serviços privados, levanta questões éticas e sociais que exigem uma reflexão mais profunda.

4.3 Medidas da Qualidade de Vida Urbana

Os principais aspectos teórico-conceituais e metodológico-operacionais da qualidade de vida enquanto possibilidade para o planejamento urbano no Brasil encontram-se reunidos em três coletâneas (Figura 4). A complexidade e diversidade são características da atualidade, ao adjetivar a qualidade de vida como “urbana” essa complexidade se potencializa, devido à heterogeneidade e diversidade das vidas cotidianas e realidades urbanas.

Figura 4 - Principais coletâneas brasileiras sobre a temática Qualidade de Vida Urbana.



Fonte: Gallo (2020).

A mensuração da qualidade de vida é um processo complexo e interdisciplinar, uma vez que é um fenômeno multidimensional, necessitando de abordagens metodológicas diversas para a sua apreensão. De forma geral, podemos classificar três abordagens principais: objetiva, subjetiva e análise de políticas públicas.

No primeiro grupo as abordagens trabalham com indicadores urbanos e sociais, buscando analisar a qualidade de vida por meio de dimensões objetivas da vida urbana (infraestrutura, habitação, mobilidade, educação, segurança etc.). Existe a facilidade de se trabalhar com dados secundários obtidos por meio de fontes públicas confiáveis e periódicas,

subsidiando o acompanhamento e evolução dos parâmetros urbanos (Nahas, 2015; Nahas, 2009; Nahas e Esteves, 2015).

O segundo grupo de estudos, historicamente relacionado com pesquisas no campo da saúde, utiliza parâmetros subjetivos para compreensão da percepção que indivíduos e grupos têm sobre sua qualidade de vida. São utilizados dados primários, coletados por meio de entrevistas ou questionários. De acordo com Okulicz-Kozaryn (2013), existem evidências de que a qualidade de vida está conectada com as percepções, os sentimentos e valores subjetivos.

Os estudos que analisam políticas públicas e seus impactos nas condições de vida das populações e comunidades discutem a relação entre as políticas públicas e a qualidade de vida como indissociáveis para o engajamento por desenvolvimento humano e cidadania. Analisar as políticas públicas voltadas à promoção da saúde é importante por que estas impactam diretamente nas condições objetivas de vida e nos determinantes sociais da saúde, além de, indiretamente, afetarem a percepção que as populações têm sobre suas vidas (Fagundes, 2017; Randolph, 2018).

Quando pensamos no planejamento e na gestão urbana, um sistema de indicadores adequado deve considerar aspectos conceituais e metodológicos úteis para subsidiar a formulação de políticas públicas e o monitoramento da qualidade de vida. Para tanto, são elementos fundamentais: dimensionamento da equidade no acesso social e espacial da população aos bens e serviços urbanos; avaliação da qualidade ambiental e dos aspectos socioambientais; e, produção de elementos para discutir a sustentabilidade no desenvolvimento humano (Nahas *et al*, 2006).

Existem muitas experiências, nacionais (Santos e Gallo, 2018a) e internacionais (Santos e Gallo, 2018b), na criação de índices e indicadores que podem subsidiar o planejamento urbano e o acompanhamento de políticas públicas. Estes instrumentos são essenciais para um planejamento e gestão urbana que se adeque às necessidades da população, atuando de forma participativa e democrática. Ainda que esforços tenham sido implementados para a construção e elaboração desses índices, falta uma maior integração e intersetorialidade nas práticas sócio-políticas reais. A qualidade de vida, considerando aspectos objetivos e subjetivos da vida urbana tem a potência de funcionar como perspectiva integradora e intersetorial, rumo ao desenvolvimento de um planejamento urbano mais saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As necessidades humanas influenciam a forma como as pessoas percebem a sua qualidade de vida e bem-estar, juntamente com os determinantes sociais impactam na saúde ambiental das comunidades e sociedades. Considerando a rápida urbanização pela qual a sociedade, em seu estado atual, vem passando e os processos de municipalização, entendidos como protagonismo dos governos locais para ação e planejamento de políticas públicas, a construção da noção de saúde urbana é fundamental para a constituição de cidades mais saudáveis.

Sendo assim, o reconhecimento da importância do ambiente urbano na abordagem de determinantes sociais da saúde, influenciado pelo conjunto vasto e intrincado de vínculos sociais na percepção e reconhecimento da qualidade de vida, tornam esta abordagem não apenas possível, mas essencial para o planejamento e gestão urbana, bem como para a elaboração, implementação e acompanhamento de políticas públicas saudáveis.

Nesta perspectiva, reconhecer as características objetivas e instalações físicas bem planejadas - arborização, áreas verdes, segurança, acesso e diversidade de serviços e comércio, infraestrutura urbana e qualidade ambiental - e a compatibilidade social como fator positivo, influencia na percepção de uma vida mais qualificada e da urbanidade como elemento positivo a ser evidenciado em diferentes escalas, desde bairros e comunidades, até a urbana e regional.

Embora a expressão “qualidade de vida” tenha um caráter individual, o planejamento governamental tem alcance coletivo e as políticas públicas são orientadas a grupos específicos. Orientar o planejamento e a gestão urbana pela qualidade de vida exige a vinculação do conceito às necessidades que possam ser satisfeitas por políticas públicas, orientadas à uma cidade mais saudável. Para Allardt (1996), as necessidades humanas se relacionam aos verbos ter, ser e amar. O verbo “ter” se relaciona às necessidades mais básicas, afeitas à própria sobrevivência humana, o “ser” compreende o conjunto de condições que possibilitam a autonomização e emancipação dos sujeitos. Já o verbo amar refere-se aos afetos e vínculos de solidariedade dentre dos grupos sociais, representando o grande desafio para a abordagem do planejamento urbano e das políticas públicas, especialmente em tempos de fragmentação e individualização disseminados.

REFERÊNCIAS

- ALLARDT, E. Tener, Amar, Ser: una alternativa al modelo sueco de investigación sobre el bienestar. In: NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. **La calidad de vida**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- BENAVIDES, A. R. Calidad de vida, calidad ambiental y sustentabilidad como conceptos urbanos complementarios. **Fermentum**, ano 21, n. 61, p. 176-207, 2011.
- BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.
- BRASIL, Presidência da República. **Estatuto da Cidade - Lei Nº 10.257**, Brasília: Casa Civil, 2001.
- BUARQUE, C. Qualidade de vida: a modernização da utopia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 31, s/p, 1993.
- CARVALHO, S. N. Condicionantes e possibilidades políticas do planejamento urbano. In: VITTE, C. D. S.; KEINERT, T. M. M. **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- CASTELLS, M. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CICONELLI, R. M. *et al.* Tradução para a língua portuguesa e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida SF36 (Brasil SF-36). **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 39, n. 3, p. 143-150, 1999.
- FAGUNDES, C. A. **Sorocaba, cidade do futuro e futuro da cidade**: avaliação das políticas públicas urbanas e da qualidade de vida. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- FARQUHAR, M. Definitions of quality of life: a taxonomy. **Journal of Advanced Nursing**, v. 22, p. 502-508, 1995.
- FERNANDES, W. A. **O movimento da qualidade no Brasil**. São Paulo: Essential Idea Publishing, 2011.
- FLECK, M. P. A. *et al.* Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 21, n. 1, p. 19-28, 1999.
- FLECK, M. P. A. *et al.* Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação de qualidade de vida “WHOQOL-bref”. **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. 2, p. 178-183, 2000.

GALLO, D. Desenvolvimento sustentável e qualidade de vida: reflexões sobre vulnerabilidade e resiliência urbana. **Periódico eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 13, n. 02, p. 44-56, 2017.

GALLO, D. L. **Cidade Humana**: a vida urbana e a promoção da saúde como qualidade de vida. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GALLO, D.; BESSA, E. Qualidade de vida urbana como política pública: o movimento cidades saudáveis. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 04, n.27, p. 14-23, 2016.

GALLO, D.; BESSA, E. R. A. S. Saúde e espaço urbano: a promoção de cidades mais saudáveis e sustentáveis. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 06, n. 38, p. 29-43, 2018.

HANESTAD, B. Errors of measurement affecting the reliability and validity of data acquired from self-assessed quality of life. **Scandinavian Journal of Caring Sciences**, v. 4, n. 1, p.29-34, 1990.

KEINERT, T.; KARRUZ, A. P. **Qualidade de vida**: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

LOGSDON, L. **Qualidade habitacional**: instrumental de apoio ao projeto de moradias sociais. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

NAHAS, M. I. P. (org.). **Qualidade de vida urbana**: abordagens, indicadores e experiências internacionais. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

NAHAS, M. I. P. Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: uma discussão teórico-metodológica. In: VITTE, C. C. S.; KEINERT, T. M. M. **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**: discussões teórico metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

NAHAS, M. I. P.; *et al.* Metodologia de construção do Índice de Qualidade de Vida Urbana dos municípios brasileiros (IQVU-BR). In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2006, Caxambú. **Anais [...]**. Caxambú: Associação de Estudos Populacionais (ABEP), 2006.

NAHAS, M. I. P.; ESTEVES, O. A. Metodologia do índice de qualidade de vida urbana e suas aplicações. In: NAHAS, M. I. P. **Qualidade de vida urbana**: abordagens, indicadores e experiências internacionais. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

NUVOLATI, G. La qualità della vita: traduzione di studi e nuove prospettive di ricerca nella sociologia urbana. **Quaderni di Sociologia**, Milano, v. 52, p. 97-111, 2010.

OKULICZ-KOZARYN, A. City life: rankings (livability) versus perceptions (satisfaction). **Social Indicators Research**, v. 110, n. 2, p. 433-451, 2013.

RANDOLPH, R. Políticas públicas e desenvolvimento regional: desafios e potencialidade no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 3, p. 426-445, 2018.

SANTOS, F. S.; GALLO, D. A experiência brasileira na construção de Índices de Qualidade de Vida Urbana: planejamento e gestão urbana. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 6, n. 40, p. 84-99, 2018a.

SANTOS, F. S.; GALLO, D. Mensurando Qualidade de Vida Urbana: experiências internacionais. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 6, n. 41, p. 93-107, 2018b.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **einstein**, v. 8, n. 1 Pt 1, p. 102-106, 2010.

UN-HABITAT. **Urbanization and development: emerging futures**. World cities report 2016. Nairobi: United Nations Settlements Programme, 2016.

VITTE, C. C. S. A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: uma contribuição ao debate sobre políticas públicas e sobre a cidade. In: VITTE, C. C. S.; KEINERT, T. M. M. **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009a.

VITTE, A. C. Modernidade, território e sustentabilidade: refletindo sobre qualidade de vida. In: VITTE, C. C. S.; KEINERT, T. M. M. **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009b.

VITTE, C. C. S.; KEINERT, T. M. M. **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

VITTE, C. C. S. *et al.* Novas abordagens de desenvolvimento e sua inserção na gestão de cidades. In: KEINERT, T. M. M.; KARRUZ, A. P. **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

WHO. World Health Organization. **Declaración de Shanghai sobre la promoción de la salud en la agenda 2030 para el desarrollo sostenible**. 9ª Conferencia Mundial de Promoción de la salud. Shanghai, 2016. Disponível em: <https://www.who.int/healthpromotion/conferences/9gchp/Shanghai-declaration-final-draft-es.pdf.pdf?ua=1>. Acesso em: 10 abr. 2020.